

NOTAS DA REUNIÃO DE PARTICIPANTES PORTUGUESES NA EWEA2013 COM O SECRETÁRIO DE ESTADO DA ENERGIA

5 de Fevereiro, 11:30, sala Gallery 5

(Ver lista de presenças em anexo)

O Presidente da APREN, António Sá da Costa, deu as boas vindas aos presentes e manifestou o seu contentamento por estar diante de uma sala cheia, dando de imediato a palavra ao Sr. Secretário de Estado da Energia (SEE), Dr. Artur Trindade.

O SEE iniciou a sua intervenção referindo que a razão da sua vinda à EWEA foi clarificar que o sector eólico evoluiu de forma diferente em Portugal e em Espanha. Portugal e Espanha são normalmente colocados no mesmo saco do “sul da Europa” mas não devia ser assim. Na sua opinião, os investidores sabem a diferença do que lhes pode acontecer nos dois países.

Em Portugal conseguiu-se alterar padrões de custos que tinham que ser alterados, mas foi mantida a segurança de investimento. Por essa razão o SEE considera importante que Portugal valorize o que fez bem e capitalize as vantagens do modelo seguido. A contrapartida de um menor risco regulatório em Portugal é a diminuição do prémio de risco, assim como os custos de financiamento, mas a electricidade terá que ser vendida mais barata.

Em Portugal a taxa de remuneração tem que ser diferente - mais baixa, porque o risco também é menor, caso contrário poder-se-ia ter implementado o mesmo modelo que Espanha, considerando além do mais que Portugal acaba por ser contaminado pelas consequências do mesmo. Mas o Governo não pretende seguir esse caminho.

O SEE prosseguiu a sua intervenção focando-se na necessidade de evoluir e de implementar todos os projectos dos concursos de 2005 para se obter electricidade mais barata. A necessidade de se cumprir o plano eólico é igualmente importante porque interfere no mix eléctrico, e portanto noutras tecnologias como a hídrica. Será também bem-vinda mais potência eólica desde que economicamente viável - abaixo de determinado nível. Esse nível depende de factores exógenos como as interligações. O SEE fez questão de referir que tem sempre defendido em *fora* internacionais a importância de se avançar com a interligação Espanha-França, caso contrário não será possível cumprir com a liberalização e integração dos mercados.

O terceiro ponto da intervenção do SEE respeitou a utilização de fundos estruturais europeus em projectos renováveis. A ideia, que está já a ser estudada pelo Ministério da Economia, consiste em utilizar os fundos estruturais como complementaridade de remuneração dos projectos, mesmo para outras tecnologias que não a eólica. O Governo está empenhado em não deixar de utilizar estes fundos, estando ciente que a maior dificuldade é encontrar capital nacional.

Para terminar, o SEE deixou o repto de que se deveria aproveitar a experiência e capacidade portuguesas nos domínios da engenharia, regulamentos e gestão da rede, numa óptica de internacionalização. Disponibilizou apoio do ponto de vista institucional e político sugerindo

que, uma vez que na Europa já existe uma boa plataforma de negócios, se poderia avançar nos PALOP.

António Sá da Costa voltou a tomar a palavra para salientar a necessidade da colaboração entre empresas. Referiu que a APREN tem desenvolvido um debate interno sobre as questões que têm vindo a ser impostas externamente ao sector, dando como exemplo a evolução observada na integração das renováveis na rede eléctrica e na atitude do TSO e DSO para com a APREN, com os quais a APREN tem vindo a negociar, procurando chegar a soluções de compromisso em que ambas as partes vão abdicando de forma controlada.

A APREN pretende chegar ao mesmo relacionamento com a Secretaria de Estado da Energia, pois além de ser necessária estabilidade regulatória, é também imprescindível que as decisões sejam tomadas em tempo oportuno/útil. Fez referência à adesão ao acordo atingido com os promotores eólicos que, apesar de ter demorado 14 meses a se chegar a um consenso, tem sido referido a nível europeu como um bom exemplo a seguir.

O presidente da APREN finalizou garantindo aos presentes que é nesse sentido que a APREN continuará a trabalhar, promovendo o diálogo e a colaboração entre aqueles que governam e os que criam riqueza, salientando que as renováveis representam actualmente cerca de 3% do PIB Nacional. A APREN procurará, como tem sido o seu apanágio, ser parte da solução e não do problema.

Miguel Ferreira, da Megajoule, elogiou a hipótese da criação de um pavilhão de Portugal para este tipo de exposições, referido pelo SEE na visita aos stands da EWEA. Sugeriu também, a par do que muitas embaixadas em Portugal têm feito, escolher alguns mercados alvo e organizar workshops em parceria com o AICEP, com apresentações durante a sessão da manhã, que poderiam ser complementadas pela presença de um orador local, e reuniões bilaterais durante a sessão da tarde.

Paulo Silva, da CJRWind, concordou com a sugestão e acrescentou a necessidade de se desenvolverem outras ferramentas para ajudar as empresas a penetrar noutros mercados onde teriam grande potencial, o que tem sido conseguido de alguma forma pelas empresas mas praticamente sozinhas, sendo fundamental o apoio político. Miguel Ferreira referiu ainda poder ser positivo a partilha de bases de dados de contactos.

A estas sugestões, o SEE respondeu positivamente, manifestando interesse em organizar de forma mais coordenada a participação das empresas portuguesas neste tipo de eventos, com o apoio das embaixadas. Mostrou-se disponível para receber indicação de quais os mercados mais interessantes e procurar organizar iniciativas.

Manuel Barbosa, da Acciona, deixou uma nota final sobre as dificuldades de financiamento. Para isso relatou uma das conclusões de uma sessão da conferência a que tinha assistido, de que para além da banca, também os fundos de pensões e seguros poderiam financiar os projectos de renováveis. Acrescentou que este tipo de investidores procura não tanto a rentabilidade dos projectos mas a sua estabilidade a longo prazo, sendo por isso essencial a estabilidade regulatória. No entanto, também é importante a dimensão dos projectos para captar o seu interesse, o que não se prevê possível em Portugal se apenas se verificarem projectos de *upgrade* de parques existentes.

António Sá da Costa deu por encerrada a reunião pelas 13h00, agradecendo mais uma vez a presença de todos.